

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALLINE GISELA LEITE

PROTEÇÃO JURÍDICA DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR

CURITIBA

2012

ALLINE GISELA LEITE

## PROTEÇÃO JURÍDICA DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso de especialização  
em Desenvolvimento de Softwares em  
Mercados Internacionais como requisito  
para a obtenção do título de especialista.

Prof. Dr. Celso Yoshikazu Ishida

Curitiba

2012

## Agradecimento

Agradeço ao professor Dr. Celso Yoshikazu Ishida e ao Alexandre Donizete Lopes de Moraes por toda cooperação na realização deste trabalho.

Ao Henrique Gusso Netzka por toda dedicação durante o período de estágio.

## RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é analisar o panorama legislativo atual, com incidência à proteção jurídica dos programas de computadores, bem como os tipos de proteção jurídica que foram adotados e modificados para atender esta demanda, desde o surgimento dos programas de computador e necessária forma de proteção.

Analisa-se a legislação pertinente a nível nacional com ênfase na explicação da lei 9609 e também, de forma breve a legislação internacional.

A legislação de proteção de programas de computador com licença gratuita também será analisada.

Alguns casos de estudo mostram a importância da proteção judicial dos programas de computador. Esta proteção pode ser feita na forma de um registro junto ao órgão competente ou através de um contrato firmado entre as partes interessadas.

*Palavras-Chave:* direitos autorais de programas de computador, lei 9609, propriedade industrial, proteção jurídica.

## Sumário

1. Introdução .....	6
2. Proteção jurídica de programas de computador .....	7
2.1. Noção de programa de computador .....	7
2.2. Necessidade de proteção jurídica .....	7
3. Mecanismos de proteção .....	8
3.1. Contratos de prestação de serviços .....	8
3.2. Registro de programas de computador por patente .....	9
3.3. Proteção de software livre .....	9
4. Registro de programas de computador junto ao INPI .....	12
4.1. Proteção por registro .....	12
4.2. Como solicitar o registro .....	12
4.3. Validade e Eficiência do Registro de programas de Computador .....	13
4.4. Pontos contrários ao registro .....	14
5. Legislação de software .....	15
5.1 Direitos autorais de programas de computador .....	15
5.2 Titularidade .....	16
5.2. Direitos autorais de software no Exterior .....	16
6. Casos de estudo .....	19
6.1. Brigas judiciais .....	19
7. Conclusão .....	21
8. Referências Bibliográficas .....	22

# 1. Introdução

Os programas de computador desempenham um importante papel na sociedade da informação e do conhecimento. Durante as atividades diárias, utilizamos constantemente algum tipo de sistema de computador, estes sistemas estão cada vez mais complexos e necessários ao nosso cotidiano.

Observando o desenvolvimento exponencial da informação no mundo globalizado em que vivemos, a questão da proteção, distribuição e comercialização dos programas de computador tornou-se primordial<sup>1</sup>.

Quando os programas de computador começaram a surgir, não existia a preocupação com proteção jurídica, mas com o passar dos anos notou-se que a proteção era necessária e não existia nenhuma lei no ramo do Direito capaz de satisfazer tais necessidades. Houve então mudanças nas leis de proteção de direitos autorais, já existentes, para adaptar-se à proteção de programas de computador.

Com este artigo pretendemos fazer uma análise do conceito de programas de computador e dos meios existentes no Direito para proteção e como funcionam cada um.

---

<sup>1</sup> “A proteção jurídica de software na Europa: Um percurso legislativo controverso”, FRANCISCO Andreia, 2011

## 2. Proteção jurídica de programas de computador

### 2.1. Noção de programa de computador

Um programa de computador pode ser descrito como sendo uma série bem formada de instruções capaz de dirigir o manuseio automático de informações de aparelhos para realizar alguma função, numa determinada direção específica. Um código de programação é toda representação de um programa de computador, expresso em qualquer linguagem de programação exequível por meio de transmissão automática ou manual de seu conjunto de instruções.<sup>2</sup>

### 2.2. Necessidade de proteção jurídica

Com o grande avanço tecnológico é possível copiar um programa de computador com milhões de linhas de códigos em apenas alguns minutos, por esse motivo a proteção do programa de computador se faz necessária, além do que, não é necessário muito conhecimento para realizar essas cópias, que sendo ilegal, contribuem para pirataria de programas de computador que é dificilmente fiscalizada.

Para evitar injustiças, a proteção jurídica se faz necessária. A inserção de normas de proteção à propriedade intelectual está diretamente relacionada com as possibilidades de desenvolvimento econômico.

Existem várias maneiras de fazer a proteção, que pode ser por patentes de invenção, direitos do autor, marca ou contratos de serviço. Para a proteção de programas de computador é utilizado a lei 9609.

---

<sup>2</sup> Antônio Chaves, Direitos autorais na computação de dados, página 45

### 3. Mecanismos de proteção

#### 3.1. Contratos de prestação de serviços

O contrato em referência caracteriza-se pois pela obrigação assumida por uma pessoa (profissional ou não, física ou jurídica), de prestar serviços a outrem, por determinado tempo, ou para o fim específico de determinada atividade, mediante pagamento e sem vínculo de subordinação hierárquica ou de dependência técnica, pois, ao contrário a ocorrência desses últimos fatores configura relação de emprego, e o contrato correspondente é o de trabalho<sup>3</sup>. É uma forma simples de assegurar uma transação comercial, firmado entre o cliente e o desenvolvedor ou a empresa de desenvolvimento. Este é um meio útil quando o sistema é simples e o desenvolvedor e cliente julgarem que não existe necessidade de um registro do programa de computador.

O contrato de prestação de serviços, para sua perfeição, exige o concurso de alguns elementos: consentimento das partes; capacidade necessária para contratar; onerosidade; serviço lícito a ser prestado como objeto do contrato. Como em qualquer contrato o consentimento é essencial. Deve haver pleno acordo entre as partes quanto ao objeto do contrato, de sorte que o consentimento deve ser dado livremente, sob pena de, em sendo viciado (vícios da vontade, ameaça de perigo ou grave lesão, etc.), ser aventada a anulabilidade do contrato. Também a existência de capacidade para contratar é imperiosa, em se tratando de menor ou incapaz, é necessário que sejam representados por seus representantes legais. A onerosidade, por sua vez, consiste no preço do contrato, devendo, no caso da prestação de serviços, ser pago em dinheiro, sob pena de descaracterizar o vínculo como contrato típico ou nominado. Finalmente, o objeto do contrato, é o serviço a ser prestado, sendo necessário que seja lícito e juridicamente possível de ser desempenhado.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> O contrato de prestação de serviços, disponível em: <http://blogdoscheinman.blogspot.com.br/2010/10/o-contrato-de-prestacao-de-servicos-no.html>, acesso em 17/07/2013

<sup>4</sup> Requisitos essenciais, disponível em: <http://blogdoscheinman.blogspot.com.br/2010/10/o-contrato-de-prestacao-de-servicos-no.html>, acesso em 17/07/2013



### 3.2. Registro de programas de computador por patente

O sistema de patente é um instrumento usado para proteção de criações intelectuais, parecia a forma mais adequada para proteger programas de computador, todavia, uma vez que o programa de computador é expressado por símbolos de vários tipos e resulta em efeitos intangíveis, programas de computador não podem ser facilmente protegidos pelas leis de patente. As leis de patente se referem as invenções de produtos ou serviços e o programa de computador não responde, pela sua natureza a nenhum dos dois.

O produto para ser patenteável deve ter um corpo, isto é deve ser um objeto físico industrialmente explorável.<sup>5</sup>

A patente não é usada para proteção de direitos autorais de programas de computadores e sistemas, pois a categoria de sistemas não se encaixa nos requisitos de patente, por se tratar de uma ideia, salvo casos onde o sistema é um agregado do produto final e este é protegido por patente, onde o produto patenteado faz uso de um sistema operacional, que é um programa de computador embarcado, celulares, micro-ondas e veículos, por exemplo utilizam este tipo de sistema.

Somente nesses casos o programa de computador pode ser patenteado, por se tratar de uma exceção à regra.

Nos Estados Unidos a legislação permite que um programa de computador seja patenteado, mesmo eles possuindo lei específica para programas de computador.

### 3.3. Proteção de software livre

Software Livre, ou Free Software, conforme a definição de software livre criada pela Free Software Foundation, é o software que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição. A forma usual de um software ser distribuído livremente é sendo acompanhado por uma licença de software livre (como a GPL ou a BSD), e com a disponibilização do seu código-fonte.<sup>6</sup>

Como o usuário tem acesso ao código fonte dos programas de computador livre, é possível fazer alterações no programa e adapta-los às suas necessidades, também é possível redistribuir cópias de modo que modificações no programa

---

<sup>5</sup> CAVALCANTE Milene Dantas, “A patenteabilidade das invenções que envolvem programas de computador no estados Unidos e União Europeia e Brasil” 2010

<sup>6</sup> CAMPOS, Augusto. **O que é software livre**. BR-Linux. Florianópolis, março de 2006. Disponível em <<http://br-linux.org/linux/faq-softwarelivre>>. Acesso em 22/07/2013.

também estejam disponíveis a outros usuários. Estas modificações são permitidas pois estão de acordo com os termos de uso do programa.

Com um software livre o usuário tem a liberdade de utilizar o programa por pessoa física ou jurídica, fazer modificações no programa sem a necessidade de mencionar que elas existem, podendo até redistribuir o programa modificado, a única condição necessária é sempre garantir ao usuário o acesso ao código fonte.

Os programas de computador livre possuem uma licença de uso, que é a GPL, ao utilizar um programa livre o usuário concorda com os termos de uso desta licença e todas as suas diretrizes, estando assim condicionado a obedecer suas regras.

GNU General Public License (Licença Pública Geral), GNU GPL ou simplesmente GPL, é a designação da licença para software livre idealizada por Richard Matthew Stallman em 1989, no âmbito do projeto GNU da Free Software Foundation (FSF).<sup>7</sup> Esta licença é descrita por garantir ao usuário 4 liberdades:

1. A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade nº 0)
2. A liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade nº 1). O acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.
3. A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade nº 2).
4. A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie deles (liberdade nº 3). O acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

Com a garantia destas liberdades, a GPL permite que os programas sejam distribuídos e reaproveitados, mantendo, porém, os direitos do autor por forma a não permitir que essa informação seja usada de uma maneira que limite as liberdades originais. A licença não permite, por exemplo, que o código seja apoderado por outra

---

<sup>7</sup> Wikipédia, a enciclopédia livre, **GNU General Public License**, disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/GNU\\_General\\_Public\\_License](http://pt.wikipedia.org/wiki/GNU_General_Public_License). Acesso em 23/07/2013

pessoa, ou que sejam impostos sobre ele restrições que impeçam que seja distribuído da mesma maneira que foi adquirido.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Wikipédia, a enciclopédia livre, **GNU General Public License**, disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/GNU\\_General\\_Public\\_License](http://pt.wikipedia.org/wiki/GNU_General_Public_License). Acesso em 23/07/2013

## 4. Registro de programas de computador junto ao INPI

### 4.1. Proteção por registro

O registro de um programa de computador é feito somente pelo órgão governamental autorizado, no Brasil este órgão é o INPI, Instituto nacional da propriedade industrial.

### 4.2. Como solicitar o registro

No Brasil o órgão responsável por registros é o INPI. Para fazer o pedido de registro de um programa de computador, o autor deve preencher um formulário específico fornecido pelo INPI, em seguida o autor terá que pagar a taxa de serviços e enviar a documentação técnica de programa. A entrega de toda documentação técnica pode ser feita em folhas impressas ou gravado em CD/DVD. Esta documentação técnica deve conter os códigos fonte do sistema e outros documentos que o desenvolvedor considerar relevante, como imagens, por exemplo, uma vez que telas de programas e interfaces também são passíveis de proteção. Podem haver divergências entre documentações técnicas entre programas, uma vez que todos os programas de computadores são diferentes, suas respectivas documentações também o são, cabe ao desenvolvedor decidir o que deve ser anexado ao processo.

Todos os documentos que identifiquem o programa caracterize sua criação independente e principalmente sirva para comprovar a autoria do programa registrado deve ser anexada. Essa documentação é importante para dirimir futuras questões judiciais acerca do uso indevido do programa e ficará depositada no INPI.

O autor deve colocar toda documentação dentro de um envelope, que é chamado de invólucro e entregar ao INPI, esta entrega pode ser feita pelos correios, caso o desenvolvedor resida em outra cidade ou diretamente ao INPI, depois disso é conferido ao autor um número de identificação do processo que tem validade do registro até receber o certificado.

O prazo normativo entre o depósito do Pedido de Registro e a expedição do Certificado é de 90 (noventa) dias, sendo que no ato do depósito já é conferido o

número de registro, que pode ser utilizado imediatamente nas comunicações sobre o programa, informando sobre a existência do registro.<sup>9</sup>

A solicitação tem custos e o interessado deve informar-se sobre os valores, que podem sofrer alterações se o pedido for para empresas de pequeno porte ou órgãos públicos.

Feito o registro do programa de computador, o desenvolvedor fica assegurado de todos os direitos jurídicos de seu produto.

No caso de haver mudanças no programa de computador, como é o caso de novas atualizações e novas versões do mesmo programa, o desenvolvedor poderá solicitar um termo aditivo para o registro, como se fosse um novo programa, este serviço está sujeito à cobrança de taxas.

#### 4.3. Validade e Eficiência do Registro de programas de Computador

Um programa de computador só é considerado registrado se possuir o certificado emitido pelo INPI. Este registro feito no INPI tem validade definida de 50 (cinquenta) anos do ano subsequente ao ano do pedido de registro e tem validade em todo território nacional.<sup>10</sup>

O desenvolvedor não tem necessidade de registrar seu programa de computador para comercializá-lo, o registro serve para garantir sua autoria e assim ter uma proteção jurídica do sistema, ou seja, legitimar o programa de computador em qualquer processo jurídico.

O registro de software é fundamental para comprovar sua autoria e se tornou um requisito para participar de licitações governamentais.<sup>11</sup> Se houver interesse da parte do desenvolvedor em prestar serviços para o governo federal o registro com certeza será exigido, independente do porte do sistema e de seu valor comercial.

---

<sup>9</sup> Portal INPI, disponível em [http://www.inpi.gov.br/portal/acessoainformacao/artigo/programa\\_de\\_computador\\_1351692237105](http://www.inpi.gov.br/portal/acessoainformacao/artigo/programa_de_computador_1351692237105) acesso em 25/07/2013

<sup>10</sup> Portal INPI, disponível em [http://www.inpi.gov.br/portal/acessoainformacao/artigo/programa\\_de\\_computador\\_1351692237105](http://www.inpi.gov.br/portal/acessoainformacao/artigo/programa_de_computador_1351692237105) acesso em 25/07/2013

<sup>11</sup> Portal INPI, disponível em [http://www.inpi.gov.br/portal/acessoainformacao/artigo/programa\\_de\\_computador\\_1351692237105](http://www.inpi.gov.br/portal/acessoainformacao/artigo/programa_de_computador_1351692237105) acesso em 25/07/2013

#### 4.4. Pontos contrários ao registro

Alguns desenvolvedores não veem vantagem alguma em solicitar o registro de seu sistema, isso ocorre por que o valor pago pelo registro é alto, e às vezes o programa de computador tem um valor abaixo do valor do registro.

Outra situação que pode ocorrer é o programa não ter tanta importância para o desenvolvedor ou até mesmo para o cliente a ponto de solicitar proteção de direitos autorais.

O registro de programas ainda não é muito comum entre desenvolvedores, salvo casos em que haja a necessidade por contrato ou o desenvolvedor julgue necessário.

## 5. Legislação de software

### 5.1 Direitos autorais de programas de computador

Para assegurar todos os direitos sobre o programa de computador, o desenvolvedor deve fazer o registro junto ao INPI. Existe ainda pouco interesse da comunidade de desenvolvedores para fazer esses registros, já que o registro é facultativo e não interfere em nada na questão de comercialização do programa. Contudo, ao registrar o programa de computador, o autor assegura judicialmente os direitos autorais sobre o programa de computador.

Antes da aprovação da lei de proteção de programas de computador, os desenvolvedores não tinham um método eficiente de proteger os direitos autorais de seus trabalhos. Isso acontecia por que o programa de computador não era reconhecido como um produto da criação intelectual.

A informação digital permite separar o conteúdo da obra do suporte que tradicionalmente constitui seu meio de comunicação: a música, a obra visual ou a literária não tem mais necessidade de um *corpus* específico.<sup>12</sup> Entretanto um programa de computador necessita de um meio físico para funcionar, os programas de computador podem ser armazenados em cds, dvds ou pen drives e obrigatoriamente necessitam de um computador ou outro equipamento eletrônico para manifestar-se, por este motivo muitos autores entraram em divergências na literatura, pois haviam conflitos de entendimento em como a nova tecnologia entra no mundo da propriedade intelectual.

No Brasil, temos a lei de proteção dos direitos autorais, denominada lei programa de computador.

Esta lei foi criada para poder proteger os direitos autorais de um programa de computador, visto que ainda não existia lei semelhante e existia uma dificuldade em se proteger direitos autorais de programas de computador.

Esta lei é regida pelo ato normativo 136-97 que determina todas as diretrizes para construir a lei de programa de computador 9609.

---

<sup>12</sup> CHAVES, Antônio, “**Direitos Autorais Na Computação De Dados**”, Editora LTr, 1996, ISBN 85-7322-148-8, pagina 84

O ato normativo 136-97 do governo federal regulamenta como deve ser feito o registro no INPI.<sup>13</sup>

## 5.2 Titularidade

Quem será o titular dos direitos autorais: o criador do software, o empresário para quem trabalha ou que lhe fez a encomenda? Ambos?<sup>14</sup>

Os programadores que trabalham em empresas de desenvolvimento de sistemas, criam os programas para os clientes finais, este trabalho é feito dentro da empresa e o seu trabalho é o produto que a empresa comercializa, desta forma os contratos de prestação de serviços são estabelecidos entre a empresa e o cliente final. O desenvolvedor não pode requerer na justiça direitos sobre o sistema e o cliente tem direito de receber os códigos fonte do sistema, visto que toda documentação faz parte do programa adquirido. Neste caso todos os direitos sobre o programa são do cliente, pois ele pagou por eles.

Todos os direitos de um programa de computador desenvolvido para um cliente são do cliente se não houver contrato que determine o contrário. Se o programador deseja ter direitos sobre o código fonte, ele deve deixar isso especificado em contrato de termos de uso indicando que o cliente está comprando o direito de usar o programa, mas não tem direitos sobre o código fonte.

## 5.2. Direitos autorais de software no Exterior

No mundo, as leis dos direitos de programas de computador são bastante parecidas, isso se deve aos tratados internacionais firmados.

Os principais meios de proteção de direitos autorais são voltados à proteção de obras literárias e artísticas, mas os programas de computador são mencionados.

Em 1956, na Inglaterra, a legislação não fazia qualquer menção à programas de computador, até porque nesta época, estes programas ainda estavam surgindo ou ainda nem existiam.

Somente em 1977, um comitê especial denominado Comitê to consider the law of copyright and designs preparou um relatório, o Witford report, que foi

---

<sup>13</sup> Legislação da Propriedade Intelectual, Sebrae, disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/ideais/default.asp?vcdtexto=461&^^=>

<sup>14</sup> CHAVES, Antônio, "Direitos Autorais Na Computação De Dados", Editora LTr, 1996, ISBN 85-7322-148-8, pagina 88



apresentado ao parlamento inglês e amplamente discutido. Neste relatório argumenta-se que a legislação de 1956 bastava abranger programas de computador.

Em 22 de outubro de 1981, o governo inglês aprovou uma lei que determinava que os programas de computador fossem passíveis de proteção por direitos autorais. Na ocasião da criação desta lei, contudo, o governo considerou que já havia a possibilidade de proteção pelas leis existentes, mas para evitar conflitos, uma lei mais específica para proteção dos direitos de programas de computador teve de ser criada.

Nos Estados Unidos, a questão foi discutida por várias décadas.

A lei exige dois critérios para a proteção por direitos autorais: originalidade e estar em um meio de expressão tangível, o que os programas de computador satisfazem, mesmo assim, o congresso norte americano formou uma comissão para estudar as questões relativas à proteção intelectual de programas de computador. A comissão decidiu que se tornasse explícito na lei de direitos autorais a permissibilidade de extensão ao programa de computador, da mesma forma que aconteceu na Inglaterra e também no Brasil. Assim em 12 de dezembro de 1980 os Estados Unidos também obtiveram lei específica para proteger direitos autorais de programas de computador.

O mesmo aconteceu em vários outros países como: Hungria (1983), Índia (1985), Austrália (1984), Taiwan (1985), Coreia do Sul (1986), Espanha (1987), Singapura (1987), Malásia (1987) e Canada (1987).<sup>15</sup>

O Brasil tornou-se parte dos tratados internacionais em 1954 e 1975, mas como já era esperado, nesta data ainda não faziam nenhuma menção à proteção de programas de computador.

Em 14 de dezembro de 1973 foi criada a lei número 5988 que regula a matéria relativa aos direitos autorais.<sup>16</sup>

Finalmente, em 1998 foi criada a lei específica para proteção de direitos autorais, esta é a lei 9609.

---

<sup>15</sup> SOUZA Márcia Cristina Pereira, “**Proteção Jurídica do Software**”, disponível em <http://babeto.blogs.unipar.br/files/2008/11/Prote%C3%A7%C3%A3o-legal-de-software-Hardware-5.pdf>

<sup>16</sup> Definição da Lei 5988 de 14 de Dezembro de 1973, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5988.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5988.htm)

Todos os direitos reservados de um programa de computador em território nacional tem validade apenas no país onde está registrado.

Programas de computador registrados junto ao INPI, no Brasil não possuem seus direitos assegurados em outro país.

## 6. Casos de estudo

Quando o desenvolvedor não se prepara corretamente para colocar seu produto no mercado, garantindo seus direitos autorais e comerciais, podem ocorrer casos de roubo de código fonte, cópias não legalizadas do sistema e também problemas com plágio.

### 6.1. Brigas judiciais

Para exemplificar melhor a dimensão que pode tomar uma briga judicial por direitos autorais, segue abaixo alguns casos.

#### Caso 1: Briga judicial entre a empresa SAP e a empresa ORACLE

Em 02 de fevereiro de 2011, o portal R7 publicou uma matéria sobre a briga judicial entre a empresa Oracle e a empresa SAP. O caso ocorreu porque a empresa alemã SAP foi condenada a pagar 1,3 bilhões de dólares à empresa Oracle, por violar direitos autorais. No entanto a SAP conseguiu reverter a decisão.

A empresa SAP é acusada de ter baixado um programa dos servidores da Oracle para assim disputar um mercado igual.<sup>17</sup>

Após toda tramitação da acusação, a juíza determinou que o valor da multa estipulado foi excessivo e determinou um valor bem menor do que a empresa havia solicitado.

#### Caso 2: Briga judicial entre a empresa UOL e a empresa MANDIC

O provedor Universo On Line (UOL) teve uma briga judicial com seu concorrente Mandic, pois este estava usando o programa de computador Antispam Members Only que é um filtro de spam, em seus serviços.

A UOL declarou que este programa de computador possui partes copiadas de seu programa anti-spam, cujo pedido de patente está no INPI, o problema é que programas de computador não são passíveis de patente e sim de registro de programa de computador, como determina o INPI, o que significa que o UOL solicitou um pedido errado de proteção de seu produto.

---

<sup>17</sup> [http://www.oficinadanet.com.br/noticias\\_web/4227/sap-vence-a-batalha-frente-a-oracle-mas-a-briga-ainda-nao-terminou](http://www.oficinadanet.com.br/noticias_web/4227/sap-vence-a-batalha-frente-a-oracle-mas-a-briga-ainda-nao-terminou) - acesso em 07/12/2012

O Mandic afirmou que o programa em questão é baseado no programa livre Active Spam Killer, com licença de uso GPL – Generic Public License, modelo sugerido pela Free Software Foundation.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> KAMINSKI Omar, Info Guerra, Disponível em :  
<http://www.relatorioalfa.com.br/modules.php?name=News&file=print&sid=173> – acesso em  
07/12/2012

## 7. Conclusão

Os programas de computador desempenham um papel importante nas atividades diárias da nossa sociedade, uma vez que muitas dessas tarefas estão diretamente ligadas ao uso de computadores e equipamentos eletrônicos que também utilizam este tipo de programas.

Ao longo dos anos, percebeu-se a necessidade da proteção jurídica dos programas de computador, por parte de desenvolvedores, comerciantes e proprietários de empresas de desenvolvimento, então alguns ajustes na legislação fizeram-se necessários.

Ocorreram discussões em torno do regime jurídico por uma lei capaz de proteger os direitos do autor de forma eficaz. Estas discussões centravam-se em definir a natureza do programa de computador e desta forma, atribuir-lhe uma proteção adequada.

No Brasil existe a lei 9609, designada lei do software, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País<sup>19</sup>, que é o mecanismo mais utilizado para esta finalidade.

---

<sup>19</sup> Lei do Software – definição da lei Nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998

## 8. Referências Bibliográficas

MORAES, QUADROS, Alexandre Donizete Lopes e Aline Schraier, **“Ideias Iniciais: Redação de Patentes de Invenção”** Publicação: Agencia de Inovação UFPR

CHAVES, Antônio, **“Direitos Autorais Na Computação De Dados”**, Editora LTr, 1996, ISBN 85-7322-148-8

WACHOWICZ, ADOLFO, Marcos e Luiz Gonzaga Silva **“Direito da Propriedade Intelectual”**, Editora Juruá, 2006, ISBN 85-362-1135-0

WACHOWICZ, Marcos **“Propriedade Intelectual e Internet”**, Editora Juruá, 2002, ISBN 85-362-0293-3

WACHOVICZ Marcos, **“Propriedade intelectual do software e revolução da tecnologia da informação”**, Editora Juruá, 2004, ISBN 853620833-3

SOUZA, Márcia Cristina Pereira, **“Informática Jurídica: proteção Jurídica do Software”** Disponível em: <http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero3/artigo18.htm> - acesso em 13/09/2012

OFICINA DA NET, Matéria sobre brigas judiciais. Disponível em: [http://www.oficinadanet.com.br/noticias\\_web/4227/sap-vence-a-batalha-frente-a-oracle-mas-a-briga-ainda-nao-terminou](http://www.oficinadanet.com.br/noticias_web/4227/sap-vence-a-batalha-frente-a-oracle-mas-a-briga-ainda-nao-terminou) - acesso em 07/12/2012

Blog do Scheinman, disponível em:

<http://blogdoscheinman.blogspot.com.br/2010/10/o-contrato-de-prestacao-de-servicos-no.html>, acesso em 17/07/2013

SOUZA Márcia Cristina Pereira, “Proteção Jurídica do Software”, disponível em <http://babeto.blogs.unipar.br/files/2008/11/Prote%C3%A7%C3%A3o-legal-de-software-Hardware-5.pdf>

CAMPOS, Augusto. **O que é software livre**. BR-Linux. Florianópolis, março de 2006. Disponível em <<http://br-linux.org/linux/faq-softwarelivre>>. Acesso em 22/07/2013.